



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Às 13h47min do dia 31/7/18, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Juliano Lopes e com a presença dos vereadores Osvaldo Lopes, Eduardo da Ambulância e Edmar Branco, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de ata: não tendo recebido impugnação das atas da 22ª e 23ª reuniões ordinárias, realizadas em 17 e 24/7/18, respectivamente, e da 8ª reunião extraordinária, realizada em 29/6/18, o presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. III - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 811/18, de autoria do vereador Rafael Martins, que apresenta pedido de informação à Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, com a finalidade de “Obter informações sobre o pleno funcionamento e resultados da Central de Aproveitamento Energético, localizada no antigo aterro sanitário da Rua Um, no Bairro Conjunto Jardim Filadélfia, região Noroeste de Belo Horizonte”. Aprovado por unanimidade. 2) Requerimento de Comissão nº 813/18, de autoria do vereador Rafael Martins, que solicita realização de visita técnica, no dia 6/8/18, às 9 horas, no cruzamento entre as ruas Apucarana e Sena Madureira, Bairro Ouro Preto, com a finalidade de “Ouvir os moradores sobre a acessibilidade do cruzamento entre as ruas Apucarana e Sena Madureira”. Aprovado por unanimidade. 3) Evento referente ao Requerimento de Comissão nº 809/18, de autoria do vereador Edmar Branco, que solicita realização de audiência pública, com a finalidade de “Debater a implementação do Complexo Minerário Serra do Taquaril”. Foi aprovada, por unanimidade, a alteração do horário desse evento para às 13h30min, anteriormente marcado para 14 horas. A data da audiência pública permaneceu no dia 7/8/18, no Plenário Helvécio Arantes. EM PRIMEIRO



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TURNO: 4) Projeto de Lei nº 539/18 – “Disciplina sobre o estacionamento de caminhões-cegonha, em frente às concessionárias do município.” Autoria: vereador Preto. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Rafael Martins, pela aprovação. 5) Projeto de Lei nº 540/18 – “Inclui no Programa Adote o Verde proposta de parceria público-privada para a criação de espaço de lazer para os animais domésticos de estimação”. Autoria: vereadores Juninho Los Hermanos, Orlei e Osvaldo Lopes. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Rafael Martins. 6) Projeto de Lei nº 585/18 – “Dispõe sobre a Propaganda Volante no Município.”. Autoria: vereador Álvaro Damião. A comissão perdeu prazo para apreciação deste projeto, uma vez que o relator, vereador Eduardo da Ambulância, não emitiu parecer. 7) Projeto de Lei nº 589/18 – “Altera a Lei nº 8.616/2003, que Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.”. Autoria: vereador Osvaldo Lopes. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Eduardo da Ambulância, pela aprovação. Registra-se que o vereador Osvaldo Lopes não votou por ser autor do projeto. IV – Outros Assuntos: O presidente deu ciência do recebimento das seguintes respostas, informando que as mesmas encontram-se disponíveis no site desta Casa: 8) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 368/18, que teve como finalidade “Obter informações sobre o processo envolvendo a área sobre a qual existe uma demanda comunitária para a implantação do Parque Jardim América, especificamente em relação ao fato da habilitação da Fazenda Municipal junto ao inventário relativo ao imóvel descrito no índice cadastral nº 484068W301 001-4, inscrito na Dívida Ativa do Município, a fim de resguardar seu valor, no caso de ainda existir execução fiscal em andamento”. Resposta: “A Procuradoria Geral do Município encaminhou informação prestada pela Diretoria Jurídico-Fiscal esclarecendo que, de acordo com o artigo 29 da Lei de Execuções Fiscais, a cobrança judicial de Dívida Ativa não se sujeita a habilitação em inventário”. Remetente do ofício: Caio Barros Cordeiro - diretor técnico legislativo em exercício - gabinete do Prefeito. 9) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 370/18, que teve como finalidade “Obter informações sobre a existência de previsão de alargamento no projeto original da Avenida Barão Homem



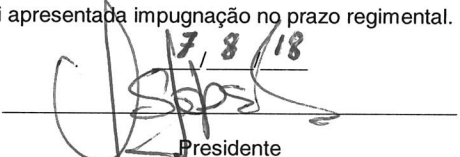
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Melo, no Bairro Jardim América, de quantos metros seria esse alargamento caso fosse/esteja previsto e se já existem áreas de propriedade do Município previstas para essa ação, mais especificamente na porção concernente à área sobre a qual existe uma demanda comunitária para a implantação do Parque Jardim América”. Resposta: “De acordo com o Anexo V da Lei 7166/96, “Lei de Uso e Ocupação do Solo”, a Av. Barão Homem de Melo, no trecho desde Av. Silva Lobo até a Av. Raja Gabaglia, tem previsão de recuo de alinhamento. Porém, após consulta ao Plano de Obra, informamos que não consta, nesta Autarquia, até a presente data, previsão de intervenções para alargamento da Av. Barão Homem de Melo. Para maiores detalhes sobre a metragem do recuo do alinhamento para futuro alargamento da referida via sugerimos que se consulte a Subsecretaria de Regulação Urbana – SUREG”. Remetente do ofício: Caio Barros Cordeiro - diretor técnico legislativo em exercício - gabinete do prefeito. 10) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 514/18, que teve como finalidade “Solicitar posicionamento acerca do projeto de lei nº 522/2018 que “Altera Anexo VIII da Lei 8.137 de 21 de dezembro de 2000”. Resposta: “O Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR - apresentou posicionamento desfavorável ao PL 522/2018, que altera a tabela de permissividade de uso comercial na Área de Diretrizes Especiais - ADE Santa Tereza. Segundo o COMPUR, a ADE Santa Tereza é tema de legislação urbanística, e a revisão de seu conteúdo está proposta no Projeto de Lei do novo Plano Diretor (PL 1749/2015), resultado da realização da IV Conferência Municipal de Política Urbana, foro competente para propor alterações na legislação urbanística, no qual diversos segmentos da sociedade civil participaram democraticamente, conforme determina o Estatuto das Cidades e a legislação urbanística municipal vigente”. Remetente do ofício: Caio Barros Cordeiro - diretor técnico-legislativo em exercício - gabinete do prefeito. 11) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 518/18, que teve como finalidade “Solicitar que as Promotorias de Habitação e Urbanismo, do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico e Cultural emitam parecer sobre o Projeto de Lei nº 522/2018, que “Altera o Anexo VIII da Lei nº 8.137/2000” que versa sobre alterações na ocupação e uso do solo na ADE Santa Tereza”. Resposta: “Inicialmente, entendo pertinente que o mesmo seja encaminhado ao membro do Parquet responsável pela habitação e urbanismo, que detém atribuição de defesa da ordem jurídica urbanística, o que evita eventual



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

posicionamento distinto acerca da demanda. Por outro lado, conforme informado pela Oficial do Ministério Público em exercício nesta especializada, a mesma solicitação já foi encaminhada ao referido membro do parquet, o que dispensa encaminhamento”. Remetente do ofício: Júlio César Luciano - promotor de justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural. Nada mais havendo a ser tratado, às 13h57min, o presidente declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p style="text-align: center;"><b>ATA APROVADA</b></p> <p style="text-align: center;">(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>01 / 08 / 18</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p style="text-align: center;"><u>17, 8 / 18</u></p> <p style="text-align: center;"> _____ Presidente</p>
--